



OS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA COMO FATOR DE COMBATE À POBREZA E DESIGUALDADE

Synardo Leonardo de Oliveira Pereira¹

Resumo: Investimentos em infraestrutura, decorrentes dos serviços em saneamento (água e esgoto), energia elétrica, transporte e telecomunicações são de extrema importância para o crescimento econômico, o que reflete diretamente na redução da desigualdade e pobreza, uma vez que tais serviços trazem desenvolvimento para a localidade, melhor qualidade de vida e maiores oportunidades de emprego. Tais investimentos, sejam oriundos da iniciativa privada, mas principalmente originários de recursos públicos, permitem o bem-estar especialmente da população mais carente. Esse trabalho visa apresentar a relação entre a redução da desigualdade e pobreza e os investimentos aplicados em infraestrutura neste início de século XXI. Constatou-se que entre 2003 e 2014, com uma crescente nos investimentos aplicados, houve uma relevante redução da pobreza, evidenciada pelo Índice Gini, medida estatística que indica o grau de desigualdade de renda em uma população. Apesar de uma queda considerável dos investimentos nos anos seguintes esse índice continuou apresentando valores satisfatórios. O estudo evidencia a necessidade de maiores investimentos na infraestrutura para proporcionar mais saúde e qualidade de vida para a população.

Palavras-chave: Infraestrutura. Investimentos. Desigualdade. Pobreza.

1. Introdução

Os investimentos aplicados no Brasil em serviços de infraestrutura (energia, comunicações, saneamento, transportes, etc.) sempre foram de responsabilidade do poder público. Entretanto, a partir da década de 1990 houve a abertura das chamadas parcerias público-privadas (Brasil, 1990), possibilitando a entrada significativa de empresas privadas nacionais e estrangeiras, através de privatizações do setor de telecomunicações e de parte do setor energético, de concessões da malha rodoviária e ferroviária. Ainda assim o estado continuou como o grande responsável pela provisão de infraestrutura.

É possível observar o papel da infraestrutura na redução da pobreza e da desigualdade social, atendendo os chamados "Objetivos de Desenvolvimento do Milênio" – ODM (ONU, 2000), posteriormente chamados "Objetivos de Desenvolvimento Sustentável" – ODS, com a qual muitos países, dentre eles o Brasil, está comprometido. Segundo a ONU, os Objetivos de Desenvolvimento

1 Universidade Regional do Cariri, email: synardo.pereira@urca.br



Sustentável são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade.

Ao investir em infraestrutura desenvolve-se o estímulo ao crescimento econômico de um país, quer seja por seu potencial de geração de emprego, quer seja por sua complementaridade com as demais atividades econômicas no sentido de melhorar o desempenho da economia e amortecer o quadro persistente de pobreza. O acesso à infraestrutura é de fundamental importância para o aumento do desenvolvimento econômico e diminuição da desigualdade e pobreza. Um fornecimento adequado de serviços de infraestrutura é condição necessária para o desenvolvimento econômico. Assim, qualquer estratégia de crescimento pró-pobre deve necessariamente contemplar a promoção do investimento em infraestrutura para permitir um maior acesso dessa população às externalidades positivas geradas pelos investimentos nesse setor.

O investimento em infraestrutura promove o crescimento econômico porque aumenta o retorno dos insumos privados (capital e trabalho) e incentiva o investimento e o emprego. Dados os níveis de capital e trabalho, o aumento da oferta e da qualidade de energia, transportes, telecomunicações e saneamento básico eleva o produto, implica maior produtividade dos fatores privados e reduz o custo por unidade de insumo. Maior produtividade, por sua vez, eleva a remuneração dos fatores, o que estimula o investimento e o emprego (Rigolon e Piccinini, 1997).

O relatório de recomendações para países da América Latina e Caribe, divulgado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID, 2019), aponta que melhorias na infraestrutura reduzirão a desigualdade e ajudarão as populações vulneráveis atingidas de maneira especialmente dura pela pandemia de Covid-19. No mesmo relatório, chama-se atenção para o fato de que o Brasil, entre 21 países, foi o que menos teve investimentos públicos, em 2019, investindo menos de 0,5% do Produto Interno Bruto, atrás de economias como: México, Argentina, Colômbia e Chile.

Segundo a Oxfam Brasil, organização da sociedade civil criada em 2014 para a construção de um país com mais justiça e menos desigualdades, no Brasil, entre 2016 e 2017, os 40% mais pobres tiveram variação de renda pior do que a média nacional, contrariando a meta 1 do ODS 10. Nesse mesmo período, mulheres e a população negra tiveram pior desempenho de renda do que homens e a população branca, respectivamente (OXFAM, 2018).

2. Objetivo

O presente trabalho tem por objetivo artigo busca investigar a evolução dos investimentos públicos em infraestrutura e a sua relação com a redução da desigualdade de renda no Brasil nesse início de século XXI, através dos aportes financeiros aplicados anualmente e dos valores de Índice de Gini para cada ano de estudo.



3. Metodologia

A metodologia utilizada baseou-se nos valores de investimentos públicos e privados, aplicados nas duas primeiras décadas do corrente século. Paralelamente verificou-se os valores apresentados pelo Índice de Gini para o mesmo período. A partir dos resultados apresentados busca-se observar alguma relação entre uma maior aplicação de investimentos em infraestrutura e uma redução nos índices de desigualdade. Tal pensamento parte da hipótese geral de que investimentos aplicados em serviços de infraestrutura proporcionam bem-estar à população, especialmente àquela mais carente, que sempre são mais dependentes de tais serviços.

Bem-Estar é um campo da economia que visa melhorar a qualidade de vida das pessoas, considerando não apenas a eficiência econômica, mas também a distribuição de renda, a justiça social e o bem-estar geral. Ao garantir uma melhor qualidade de vida com saúde, maiores oportunidades de emprego e aumento de renda, a pobreza e desigualdade reduzem-se na mesma proporção.

3.1 Investimentos Públicos e Privados

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC, 2015), realizou estudo que aponta o baixo investimento do governo brasileiro em infraestrutura (entre 2% e 2,5% do PIB). Comparando com dados da história recente do país, o investimento em infraestrutura caiu continuamente, da década de 1970 até a de 2000, passando de uma média de 5,4% para 2,2% do PIB.

Segundo dados da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB, 2024) os montantes necessários para suprir as necessidades de investimentos no setor, nos próximos dez anos, são de R\$ 504,3 bilhões por ano, conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Realidade e Necessidade de Investimentos em Infraestrutura por Ano (nos próximos dez anos) R\$ bilhões correntes.

Setor	Investimento Realizado 2024 (p)		Investimento Necessário		GAP Investimentos	
	R\$ Bilhões	Em % PIB	R\$ Bilhões	Em % PIB	R\$ Bilhões	Em % PIB
Transporte / Logística	63,00	0,54	264,40	2,26	201,40	1,72
Energia Elétrica	119,30	1,02	98,30	0,84	-	-
Telecomunicações	43,00	0,37	88,90	0,76	45,90	0,39
Saneamento	34,00	0,29	52,70	0,45	18,70	0,16
Total	259,30	2,22	504,30	4,31	266,00	2,27

Fonte: ABDID (2024).



Neste contexto reforça-se a necessidade de aceleração dos investimentos em infraestrutura, unindo investimentos públicos e privados, que são complementares entre si. Os investimentos públicos responsáveis por ações estruturantes e de manutenção de ativos cuja rentabilidade não atrai o investimento privado. Os investimentos privados, por sua vez, aplicados em projetos de menor risco e mais previsibilidade de retorno.

3.1 Investimentos Públicos e Privados

O Índice de Gini, desenvolvido pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento utilizado para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, trata-se de um valor que varia de zero a um, sendo também muito utilizada a variação de zero a cem. O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza (IPEA, 2004). Em termos práticos o Índice de Gini costuma comparar os países 20% mais pobres com os países 20% mais ricos.

Países que detêm índices de Gini mais altos, indicam uma maior concentração de renda nas mãos de um pequeno grupo da população, enquanto os países com índices mais baixos possuem uma distribuição de renda mais igualitária.

O país que apresenta o maior índice de Gini, indicando assim uma maior desigualdade de renda, é a África do Sul, com um valor de 63,1 seguidos de Namíbia (59,1) e a Zâmbia (55,9). Já em situação oposta, o país com o menor índice de Gini, indicando menor desigualdade de renda, é a Eslováquia, com um índice de 23,2. A Eslováquia é seguida pela Eslovênia, cujo valor é 24,0 e por Belarus que apresenta índice de 24,4 (PNUD, 2024).

4. Resultados

Os resultados desse trabalho teórico estão apresentados na forma de tabelas e figuras a fim de facilitar a visualização e análise dos dados. Serão apresentadas as análises feitas segundo dados referentes aos investimentos aplicados em serviços de infraestrutura no país, além da verificação do comportamento do país quanto ao desempenho apresentado segundo o Índice de Gini, de concentração de renda.

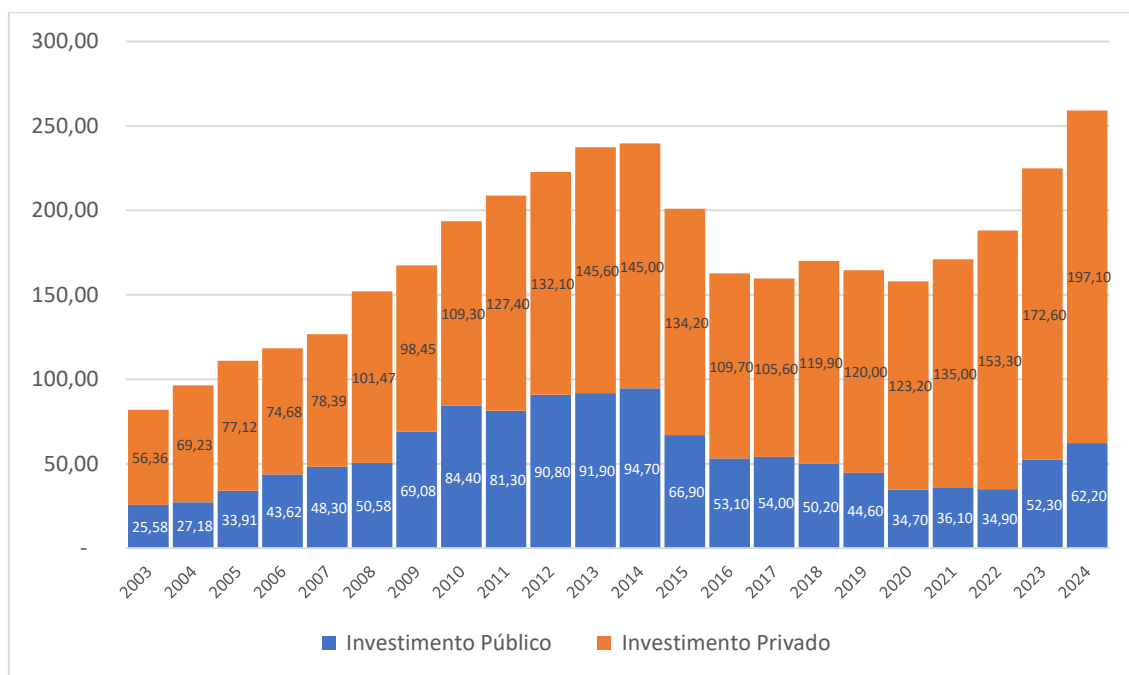
A Figura 1 apresenta os valores, em bilhões de reais, dos investimentos nas esferas público e privada no período entre 2003 e 2024, segundo dados obtidos pela Associação Brasileira da Infraestrutura e das Indústrias de Base (ABDIB, 2023; 2024).

Analisando tais dados é possível observar que de 2003 a 2014 houve uma crescente nos investimentos aplicados, saltando de R\$ 81,93 bilhões para R\$ 239,7 bilhões. Entre 2015 e 2020 houve um declínio nos investimentos, se recuperando novamente a partir de 2021. O investimento em infraestrutura soma



R\$ 259,3 bilhões em 2024, superior em 8,2% ao pico atingido em 2014, de R\$ 239,7 bilhões.

Figura 1 – Investimento Público e Privado na Infraestrutura (em R\$ bilhões) – Em valores constantes de 2024.



Fonte: ABDID (2023; 2024).

A parcela privada de investimentos no setor apresentou um crescimento de 35,9% entre 2014 e 2024 – um aumento de R\$ 145,0 bilhões para R\$ 197,1 bilhões. No mesmo período, a parcela pública caiu 34,3%, de R\$ 94,7 bilhões para R\$ 62,2 bilhões. Os investimentos públicos caíram com maior intensidade em comparação aos privados, fruto da redução significativa da arrecadação tributária e do aumento de gastos com previdência e folha de pagamentos. Assim, atribuindo tal cenário a crise econômica, fiscal e política, que se instalou no país desde o final de 2014, os aportes privados em infraestrutura também foram reduzidos, fruto da crise de confiança em torno da escalada da dívida pública e ausência de bons projetos disponíveis para licitação, conseguindo se reverter após a pandemia de Covid-19.

Acerca da desigualdade social, oriunda dentre outras da concentração de renda, países pertencentes ao Continente Africano, além de países localizados na América do Sul e Central têm enfrentado de forma mais acentuada este problema de desigualdade e concentração de renda. O Brasil, por sua vez, vem se destacando negativamente entre os países com maior desigualdade social, expresso pelos elevados valores de Índice de Gini, como pode ser observado na Tabela 2.



Tabela 2 – Ranking os 15 países mais desiguais segundo o coeficiente de Gini (dados 2023-2024)

Ranking	Pais	Índice de Gini
1	África do Sul	63,0
2	Namíbia	59,1
3	Zâmbia	55,9
4	Essuatíni	54,6
5	Botsuana	53,3
6	Brasil	52,9
7	Colômbia	51,5
8	Angola	51,3
9	Santa Lúcia	51,2
10	Panamá	50,9
11	Moçambique	50,5
12	Zimbabué	50,3
13	Congo	48,9
14	Guatemala	48,3
15	Honduras	48,2

Fonte: PNUD (2024).

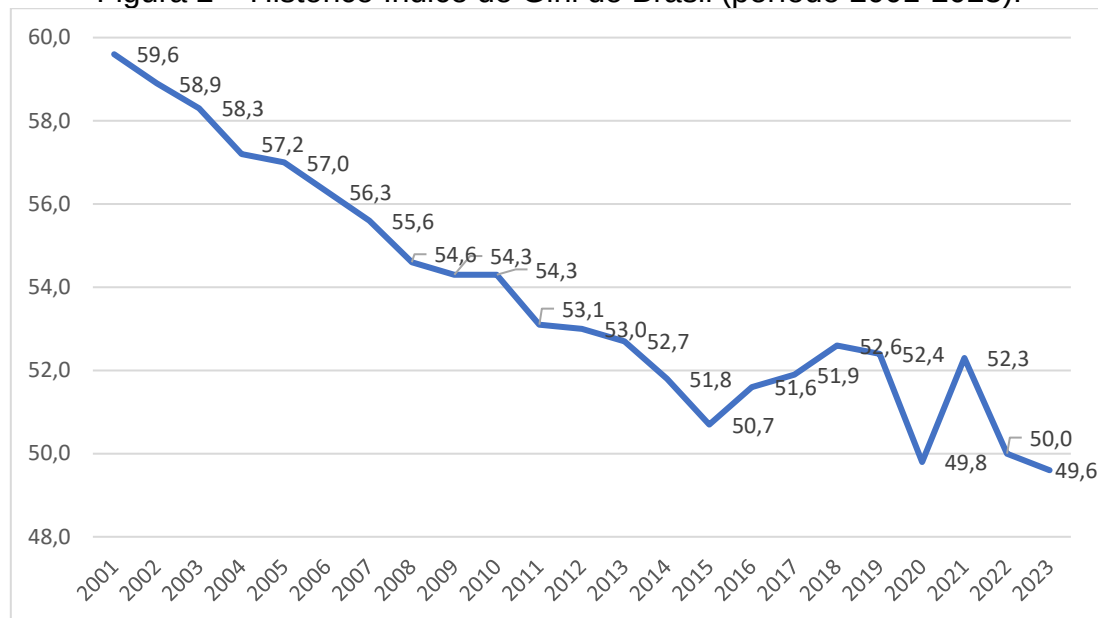
Basta constatar que no Relatório do Desenvolvimento Humano de 2021/2022, desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2022), o Brasil configurava entre os quinze países com maior desigualdade social do mundo, compartilhando a 14^a colocação juntamente com Congo, ambos com Índice de Gini 48,9. Já no Relatório do Desenvolvimento Humano de 2023/2024 (PNUD, 2024), o Brasil alcança a 6^a colocação, atingindo um valor de 52,9.

Analisando as primeiras duas décadas do século XXI, percebe-se ao analisar o coeficiente de Gini entre os anos de 2001 e 2014 uma melhoria na distribuição de renda, evidenciada pela trajetória declinante do coeficiente, conforme apresentado na Figura 2. Durante esse período a parcela de famílias que viviam abaixo da linha de pobreza diminuiu de 28,1% em 2003 para 15,3% em 2009 e, que, considerando a população vivendo em situação de extrema pobreza, a variação foi de 11,3% em 2003 para 5,8% em 2009 Biancarelli (2014).

É possível observar que a redução do índice de Gini permaneceu até o ano de 2015, atingindo o menor nível desde 2001, 50,7. A partir de 2016, após 15 anos de queda consecutiva, a desigualdade no país voltou a crescer, nos anos seguintes, havendo uma inversão, um crescimento em favor dos mais ricos.



Figura 2 – Histórico Índice de Gini do Brasil (período 2001-2023).



Fonte: IPEA (2024).

5. Conclusão

Apesar da reconhecida importância teórica, os investimentos nem sempre recebem a prioridade que deveriam e são candidatos preferenciais a sofrerem cortes orçamentários durante os processos de ajuste fiscal – seja por questões de economia política, rigidezes legais e institucionais, seja pelo foco excessivo no curto prazo, que faz com que retornos de longo prazo sejam negligenciados.

O presente trabalho propôs apresentar uma relação simples, evidenciada por uma consequência positiva dos benefícios de investimentos em serviços de energia, água, esgoto, telecomunicações e estradas, na melhoria da qualidade de vida da população e consequentemente na redução da desigualdade e pobreza.

Tal fato pode ser observado nos dados apresentados, onde foi verificado que nos primeiros 15 anos do século XXI houve um aumento dos investimentos em infraestrutura, esse foi exatamente o mesmo período onde houve redução dos valores de Índice de Gini, e consequentemente uma redução da desigualdade social.

Não é objetivo deste trabalho provar a relação direta entre aumento nos investimentos e redução da pobreza, até porque vários são as variáveis que norteiam tal equação, mas é evidente que a melhoria da primeira atinja positivamente a segunda.



6. Referências

ABDIB. Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base. **Livro Azul da Infraestrutura: uma radiografia dos projetos de infraestrutura no brasil.** 282 p. São Paulo, 2023. Acesso em: 18/04/2025 Disponível em: <https://www.abdib.org.br/livro-azul-da-infraestrutura-edicao-2023/>

ABDIB. Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base. **Livro Azul da Infraestrutura: uma radiografia dos projetos de infraestrutura no brasil.** Edição Especial 70 Anos da ABDIB. 340 p. São Paulo, 2024. Acesso em: 18/04/2025 Disponível em: <https://www.abdib.org.br/livro-azul-da-infraestrutura-edicao-2024/>

BIANCARELLI, A. M. A Era Lula e sua questão econômica principal crescimento, mercado interno e distribuição de renda. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, [S.L.], n. 58, p. 263, Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA). 2014.

BRASIL. Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990. **Cria o Programa Nacional de Desestatização, e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Seção 1, Brasília, DF, 1990.

CBIC. Câmara Brasileira da Indústria da Construção. **Investimento em infraestrutura e recuperação da economia.** Brasília: CBIC, 2015. 84 p. Acesso: 10/11/2021. Disponível em: https://cbic.org.br/wpcontent/uploads/2017/11/Investimento_Em_Infraestrutura_e_Recuperacao_da_Economia_2015.pdf.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Rev. Desafios do Desenvolvimento.** Ano 1 . Edição 4 - 1/11/2004. Brasília, DF, 2004.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Índice de Gini (Pnad Contínua/A).** Dados 2024 Acesso: 19/04/2025. Disponível: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>

ONU. Organização das Nações Unidas. **Declaração do Milênio.** Cimeira do Milênio. Nova York, 6-8 de setembro de 2000. Publicado por Centro de Informação das Nações Unidas, Lisboa, 2000.

OXFAM BRASIL. **País Estagnado: um retrato das desigualdades brasileiras.** São Paulo: Oxfam, 2018

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Desenvolvimento Humano. **Relatório 2023/2024. Visão Geral.** Acabar com o impasse, Reinventar a cooperação num mundo polarizado. 2024. Acesso: 19/04/2025. Disponível: <https://www.undp.org/pt/angola/publications/relatorio-do-desenvolvimento-humano-rdh-2023-2024>



RIGOLON; PISCINI. O Investimento em Infraestrutura e a Retomada do Crescimento Econômico Sustentado. **BNDS: Textos Para Discussão**, 1997.